

FASCISMO

UM ALERTA

MADELEINE
ALBRIGHT

com Bill Woodward

Tradução
Jaime Biaggio

CRÍTICA

Trecho antecipado para divulgação. Venda proibida.

Copyright © Madeleine Albright, 2018
Publicado em acordo com Harper Collins Publishers.
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2018
Todos os direitos reservados.
Título original: *Farcism: A Warning*

Preparação: Ana Tereza Clemente
Revisão: Fernando Nuno e Olívia Tavares
Diagramação: Triall Editorial Ltda
Capa: Adaptada do projeto original de Milan Bozic
Imagem de capa: © themacx/iStock/Getty Images

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Albright, Madeleine

Fascismo: um alerta / Madeleine Albright, Bill Woodward; tradução de Jaime Biaggio. – São Paulo : Planeta, 2018.
304 p.

ISBN: 978-85-422-1427-7

Título original: *Fascism: A Warning*

1. Fascismo 2. Fascismo - História I. Título II. Albright, Madeleine III. Solano, Jaime Biaggio

18-1475

CDD 335.6

2018
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Padre João Manuel, 100 – 21ª andar
Ed. Horsa II – Cerqueira César
01411-000 – São Paulo-SP
www.planetadelivros.com.br
atendimento@editoraplaneta.com.br

Para as vítimas do fascismo
Ontem e hoje
E para todos que o combatem
Em si mesmos
E nos outros

CRÍTICA

Toda era tem o seu próprio fascismo.

PRIMO LEVI

CRÍTICA

SUMÁRIO

1. UMA DOUTRINA DE RAIVA E MEDO	9
2. O MAIOR ESPETÁCULO DA TERRA.....	23
3. "QUEREMOS SER BÁRBAROS"	37
4. "NÃO TENHAM PIEDADE NO CORAÇÃO".....	51
5. A VITÓRIA DOS CÉSARES.....	63
6. A QUEDA	73
7. A DITADURA DA DEMOCRACIA.....	87
8. "HÁ MUITOS CORPOS LÁ EM CIMA"	103
9. UMA DIFÍCIL ARTE.....	115
10. PRESIDENTE VITALÍCIO	127
11. ERDOGAN, O MAGNÍFICO	143
12. O HOMEM DA KGB.....	159
13. "SOMOS QUEM UM DIA FOMOS"	173
14. "O LÍDER SEMPRE ESTARÁ CONOSCO"	193
15. PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS	211
16. SONHOS RUINS.....	229
17. AS PERGUNTAS CERTAS	243
AGRADECIMENTOS	257
REFERÊNCIAS	261
ÍNDICE REMISSIVO	279
SOBRE A AUTORA	299

CRÍTICA

UMA DOCTRINA DE RAIVA E MEDO

No dia em que os fascistas alteraram pela primeira vez o curso da minha vida, eu mal havia dominado a arte de caminhar. Era 15 de março de 1939. Batalhões de tropas de assalto alemãs invadiram meu país, a Tchecoslováquia, conduziram Adolf Hitler ao Castelo de Praga e jogaram a Europa à beira de uma Segunda Guerra Mundial. Após dez dias escondidos, meus pais e eu fugimos para Londres. Lá, nos juntamos a exilados de toda a Europa no apoio à reação aliada enquanto aguardávamos ansiosamente pelo fim do calvário.

Quando os nazistas se renderam, seis duros anos depois, voltamos para casa cheios de esperança, ávidos por construir uma nova vida em um país livre. Meu pai continuou sua carreira no Departamento de Relações Exteriores da Tchecoslováquia e por um breve período esteve tudo bem. Em 1948, contudo, os comunistas assumiram o controle do nosso país. A democracia foi suspensa e minha família, mais uma vez, forçada a se exilar. No Dia do Armistício, chegamos aos Estados Unidos (EUA), onde, sob os olhos vigilantes da Estátua da Liberdade, fomos recebidos como refugiados. Para nos proteger e permitir que a minha vida e as de minha irmã, Kathy, e de meu irmão, John, parecessem tão normais quanto possível, meus pais não nos contaram o que só viríamos a saber décadas depois: três de

nossos avós e um grande número de tias, tios e primos estavam entre os milhões de judeus que morreram no ato definitivo do fascismo – o Holocausto.

Eu tinha 11 anos quando cheguei aos Estados Unidos, sem qualquer meta mais ambiciosa senão a de me tornar uma típica adolescente americana. Livrei-me do sotaque europeu, li revistas em quadrinhos aos montes, grudei o ouvido num rádio a pilha e me enchi de chicletes. Fiz tudo o que podia para me integrar, mas não tinha como fugir ao fato de que, em nossos dias, mesmo decisões tomadas em lugares distantes, poderiam marcar a diferença entre a morte e a vida. Ao entrar no ensino médio, fundei um grupo de debate de questões internacionais, me autoneomei presidente dele e instiguei discussões sobre tudo, do socialismo autogestionário de Tito ao conceito de *satyagraha* apresentado por Gandhi (“A força que nasce da verdade e do amor”).

Meus pais amavam a liberdade encontrada no país que adotamos. Meu pai logo se estabeleceu como professor na Universidade de Denver, escreveu livros sobre os perigos da tirania e preocupava-se quanto aos americanos, de tão acostumados à liberdade – por serem a tal ponto “muito, muito livres”, em suas palavras –, não darem o devido valor à democracia. Quando formei minha própria família, minha mãe telefonava todo Quatro de Julho para se certificar de que os netos tinham ido à parada e se estavam cantando músicas patrióticas.

Muitos americanos tendem a idealizar os anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra – imaginam uma época radiante e inocente na qual todos concordavam que o país era fantástico e que cada família tinha a segurança de um provedor, os utensílios mais modernos, filhos acima da média e uma visão promissora da vida. A verdade é que a Guerra Fria foi um período de ansiedade incessante no qual a sombra ameaçadora do fascismo era obscurecida por um outro tipo de nuvem. Na minha adolescência, devido aos testes atômicos, um elemento radioativo, o estrôncio 90, era encontrado em dentes de bebês em quantidade cinquenta vezes maior que o normal. Praticamente todas as cidades contavam com uma superintendência de defesa civil a clamar pela construção de abrigos nucleares caseiros

que tivessem estoque de legumes em conserva, tabuleiros de Banco Imobiliário e cigarros. Crianças em cidades grandes andavam com plaquinhas de metal com os nomes gravados para identificação, caso o pior acontecesse.

Quando fiquei mais velha, segui os passos de meu pai e tornei-me professora universitária. Entre minhas especialidades estava o Leste Europeu, onde países eram descartados como satélites na órbita de um sol totalitário, e onde havia uma impressão geral de que nada de interessante jamais aconteceu e de que nada importante se modificaria. O sonho de Marx de um paraíso dos trabalhadores havia degenerado em um pesadelo orwelliano; o conformismo era o bem mais precioso, informantes vigiavam cada quarteirão, países inteiros viviam por trás de cercas de arame farpado e seus governos teimavam em chamar topo de fundo e preto de branco.

Então, quando a mudança chegou, foi com uma velocidade que espantou a todos. Em junho de 1989, as reivindicações antiquíssimas dos estivadores e a inspiração fornecida por um papa nascido em Wadowice instituíram na Polônia um governo democrático. Em outubro, a Hungria havia se tornado uma república democrática e no início de novembro o Muro de Berlim rachara. Naqueles dias milagrosos, a cada manhã, a TV nos trazia notícias que por muito tempo haviam parecido impossíveis. Ainda me lembro dos momentos decisivos da Revolução de Veludo na minha Tchecoslováquia, assim chamada por ter sido deflagrada sem cortes de cabeças nem tiros. Era uma tarde gelada no fim de novembro. Na histórica praça de São Venceslau, em Praga, uma multidão de 300 mil pessoas sacudia chaves alegremente a simular o badalar de sinos pelo fim do regime comunista. Numa sacada, a observar a massa, estava Václav Havel, o destemido dramaturgo que seis meses antes era prisioneiro político e cinco semanas depois seria proclamado presidente de uma Tchecoslováquia livre.

Naquele instante, eu me incluía entre tantos que sentiam que a democracia havia superado seu teste mais difícil. A outrora poderosa União Soviética (URSS), fragilizada pela economia enfraquecida e pelo desgaste ideológico, despedaçou-se como um vaso derrubado sobre um chão de pedra, liberando a Ucrânia, o Cáucaso, o Báltico e

a Ásia Central. A corrida armamentista retrocedeu sem nos mandar pelos ares. No Oriente, a Coreia do Sul, as Filipinas e a Indonésia livraram-se de velhos ditadores. No Ocidente, os governantes militares da América Latina cederam espaço a presidentes eleitos. Na África, a libertação de Nelson Mandela – outro prisioneiro a virar presidente – criou a esperança de um renascimento regional. Mundo afora, países dignos de serem chamados de democráticos aumentaram de 35 para mais de cem.

Em janeiro de 1991, George H. W. Bush disse ao Congresso que “o fim da Guerra Fria foi uma vitória para toda a humanidade... e a liderança dos EUA foi fundamental em torná-la possível”. Do outro lado do Atlântico, acrescentou Havel: “A Europa está tentando criar um tipo de ordem historicamente nova por meio do processo de unificação... uma Europa em que ninguém com mais poder será capaz de oprimir alguém com menos poder, onde não mais será possível a resolução de conflitos por meio da força”.

Hoje, mais de um quarto de século depois, é preciso perguntar o que foi que aconteceu àquela visão edificante; por que parece estar se Freedom House, a democracia está hoje “sob ataque e recuando”? Por que tanta gente em posições de poder vem tentando minar a confiança popular nas eleições, nos tribunais, na mídia e – questão fundamental do futuro da Terra – na ciência? Por que teria se deixado abrir fissuras tão profundas entre ricos e pobres, cidade e campo, detentores de educação superior e os que não a possuem? Por que teriam os Estados Unidos – ao menos temporariamente – abdicado de sua liderança nas questões mundiais? E por que, a esta altura do século XXI, voltamos a falar de fascismo?

Uma das razões, para dizer francamente, é Donald Trump. Se pensarmos no fascismo como uma ferida do passado que estava quase sarada, colocar Trump na Casa Branca foi como arrancar o curativo e futucar a cicatriz.

Para a classe política de Washington, tanto republicanos e democratas como independentes, a eleição de Trump foi tão chocante que teria levado um velho comediante de cinema mudo a segurar firme o

chapéu com as duas mãos, enterrá-lo na cabeça, saltar e cair de costas. Os EUA já tiveram presidentes imperfeitos antes; na verdade, é só o que sempre tivemos. Mas nunca havíamos tido uma autoridade máxima no Executivo, na era moderna, cujas declarações e atos entrassem em tamanho choque com os ideais democráticos.

Desde os estágios iniciais de sua campanha, e em seus primeiros passos no Salão Oval, Donald Trump reservou duras palavras às instituições e aos princípios que formam os pilares de um governo transparente. Nesse processo, aviltou sistematicamente o raciocínio político nos Estados Unidos, exibiu um desprezo impressionante pelos fatos, caluniou predecessores, ameaçou “encarcerar” rivais políticos, referiu-se aos jornalistas da grande mídia como “inimigos do povo americano”, espalhou mentiras sobre a integridade do processo eleitoral do país, promoveu de forma impensada uma política comercial e econômica nacionalista, vilanizou imigrantes e os países de onde vieram e alimentou uma intolerância paranoica direcionada aos seguidores de uma das principais religiões do mundo.

Para autoridades estrangeiras com tendências autocráticas, rompantes assim vêm bem a calhar. Ao invés de confrontar forças antidemocráticas, Trump as justifica – é um fornecedor de desculpas. Em minhas viagens, ouço o tempo todo as mesmas perguntas: se o presidente dos Estados Unidos diz que a mídia sempre mente, como condenar Vladimir Putin por fazer a mesma alegação? Se Trump insiste que juízes são tendenciosos e chama a justiça criminal americana de “uma piada”, quem vai impedir um líder autocrata como Duterte, das Filipinas, de desacreditar seu próprio Judiciário? Se Trump acusa políticos da oposição de traição meramente por não aplaudirem suas palavras, que moral terão os EUA para protestar contra a detenção de prisioneiros políticos em outros lugares? Se o líder do país mais poderoso do mundo enxerga a vida como um salve-se quem puder em que um país só ganha em detrimento de outros, quem vai carregar a bandeira da cooperação internacional visto que os problemas mais complicados não podem ser resolvidos de qualquer outra forma?

Líderes nacionais têm o compromisso de servir aos interesses de seus países; isto é um truísmo. Quando Donald Trump fala em “pôr a América em primeiro lugar”, só está afirmando o óbvio. Nenhum político sério proporia que a América ficasse em segundo lugar. A meta não é a questão. O que diferencia Trump de qualquer presidente desde o triste trio Harding, Coolidge e Hoover é a sua concepção de como melhor levar adiante os interesses do país. Ele entende o mundo como um campo de batalha onde cada país está decidido a dominar todos os outros; onde nações competem como empreendedores imobiliários no intuito de arruinar rivais e espremer cada centavo de lucro de cada acordo.

Levando-se em conta sua experiência de vida, pode-se entender por que Trump pensa assim, e obviamente existem casos na diplomacia e no comércio internacionais em que é evidente a clara separação entre vencedor e perdedor. Contudo, desde pelo menos o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA têm promovido a visão de que as vitórias são prontamente obtidas e sustentadas com mais facilidade por meio de cooperação, e não por atos solitários das nações.

A geração de Franklin Roosevelt e Harry Truman propunha que Estados fariam bem em promover a segurança, a prosperidade e a liberdade conjuntas. O Plano Marshall de 1947, por exemplo, era ancorado no reconhecimento de que a economia americana ficaria estagnada sem mercados europeus capazes de comprar o que os fazendeiros e as fábricas americanas tinham para vender. Isso significava que a maneira de pôr a América em primeiro lugar era ajudar nossos parceiros europeus (e asiáticos) a reconstruir e desenvolver as suas próprias economias dinâmicas. O mesmo pensamento levou ao Programa Ponto IV de Truman, que disponibilizava assistência técnica dos Estados Unidos à América Latina, à África e ao Oriente Médio. Uma abordagem comparável trouxe bons frutos no âmbito da segurança. De Roosevelt a Obama, presidentes procuraram ajudar aliados a se proteger e se dedicar à defesa coletiva contra os perigos comuns. Não o fizemos por caridade, mas por termos aprendido da maneira mais dura que problemas no exterior, quando não observados, em algum momento representariam perigo para nós.

A função de liderança internacional não é o tipo de tarefa que se dê por terminada. Velhos perigos raramente somem por completo, e há novos a surgir com a regularidade do nascer de um novo dia. Lidar com eles de forma eficaz nunca foi só questão de dinheiro e poder. Países e pessoas precisam unir forças, e isso não ocorre de forma natural. Ainda que os EUA tenham cometido muitos erros em sua atribulada história, mantiveram sempre a habilidade de mobilizar outros países graças a seu compromisso de conduzi-los na direção que a maioria deseja – rumo à liberdade, à justiça e à paz. A questão que se apresenta agora é se o país pode continuar a mostrar esse tipo de liderança sob o comando de um presidente que não aparenta dar muito peso à cooperação internacional nem aos valores democráticos.

A resposta interessa porque, se a natureza abomina o vácuo, o fascismo o acolhe.

Há pouco tempo, quando disse a um amigo que estava trabalhando em um novo livro, ele perguntou “Sobre o que é?”. “Fascismo”, respondi. Ele pareceu confuso. “Moda?”¹, perguntou. Meu amigo estava menos enganado do que pode parecer, visto que o fascismo de fato voltou à moda, imiscuindo-se no debate político e social como uma trepadeira errante. Discorda de alguém? Chame-o de fascista e dispense a necessidade de sustentar sua afirmação com fatos. Em 2016, “fascismo” gerou mais buscas no site do dicionário Merriam-Webster que qualquer outra palavra da língua inglesa à exceção de “surreal”, pela qual a eleição presidencial de novembro fez o interesse aumentar repentinamente.

Quem usa o termo “fascista” se revela. Para a extrema esquerda, praticamente qualquer figurão do meio corporativo nele se encaixa. Alguns que trafegam pela não tão extrema direita acham Barack Obama fascista – além de socialista e muçulmano enrustido. Para um adolescente rebelde, fascismo se aplicaria a qualquer restrição de uso do celular imposta pelos pais. No ritmo das frustrações diárias despejadas pelas pessoas, a palavra escapole por milhões de bocas:

1. “*Fashion*”, “moda” em inglês, se assemelha foneticamente a “*fascism*” (“fascismo”). (N.T.)

professores são chamados de fascistas e, como eles, feministas, chauvinistas, instrutores de ioga, a polícia, pessoas de dieta, burocratas, blogueiros, ciclistas, copidesques, gente que acabou de largar o cigarro e fabricantes de embalagens à prova de crianças. Se continuarmos a alimentar esse reflexo, logo nos sentiremos no direito de chamar de fascista todo e qualquer um que nos irrite – minando a gravidade de um termo que deveria ser poderoso.

O que é, então, o fascismo de verdade, e como se reconhece um adepto dele? Levantei a questão no curso de pós-graduação que ministrei em Georgetown – com vinte alunos sentados em círculo na minha sala e equilibrando no colo pratos de papel que deixavam escapar a gordura da lasanha. As perguntas foram mais difíceis de responder do que se poderia esperar, pois não há definições de consenso ou suficientemente completas, ainda que acadêmicos tenham gasto oceanos de tinta no assunto. Parece que basta um entendido gritar “Eureca!” e anunciar ter identificado um consenso para colegas indignados discordarem.

Apesar da complexidade, meus alunos se dispuseram a tentar. Partiram da base, nomeando as características que tinham, em suas mentes, mais estreitamente associadas a essa palavra. “Uma mentalidade de ‘nós contra eles’”, sugeriu um. Outro assinalou “nacionalista, autoritário, antidemocrático”. Um terceiro enfatizou o aspecto violento. Um quarto conjecturou o porquê de o fascismo ser quase sempre visto como sinônimo de direita. “Stálin era tão fascista quanto Hitler”, argumentou.

Outra aluna observou como o fascismo costuma ser vinculado a pessoas que fazem parte de um grupo étnico ou racial específico, passam por dificuldades econômicas e sentem que compensações a que teriam direito lhes são negadas. “Não é tanto o que as pessoas têm”, disse ela, “mas o que acham que *deveriam* ter – e o que temem”. O medo é a razão de o alcance emocional do fascismo se estender a todos os níveis da sociedade. Não existe movimento político que floresça sem apoio popular, mas o fascismo depende tanto dos ricos e poderosos como do homem ou da mulher da esquina – dos que têm muito a perder e dos que não têm nada.

Essa colocação nos fez pensar que talvez o fascismo deva ser visto menos como ideologia política e mais como forma de se tomar e controlar o poder. Na Itália dos anos 1920, por exemplo, havia autodeclarados fascistas de esquerda (que advogavam uma ditadura dos despossuídos), de direita (que defendiam um Estado corporativista autoritário) e de centro (que lutavam pelo retorno a uma monarquia absolutista). Na origem da formação do Partido Nacional-Socialista Alemão (Nazista) há uma lista de reivindicações com apelo a antissemitas, anti-imigrantes e anticapitalistas, mas que defendia também pensões mais altas aos idosos, mais oportunidades educacionais aos pobres, fim do trabalho infantil e melhorias no sistema de saúde para as mães. Os nazistas eram racistas e, na cabeça deles, ao mesmo tempo reformistas.

Se o fascismo envolve menos políticas específicas e mais a descoberta de um caminho para o poder, o que dizer de suas táticas de liderança? Meus alunos observaram como os caciques fascistas de que mais nos recordamos eram carismáticos. Por um método ou outro, cada um estabelecia uma ligação emocional com a massa e, como a figura central de um culto, fazia emergir sentimentos arraigados e muitas vezes repulsivos. É assim que os tentáculos do fascismo se espalham por dentro de uma democracia. Enquanto uma monarquia ou uma ditadura militar são impostas à sociedade de cima para baixo, a energia do fascismo é alimentada por homens e mulheres abalados por uma guerra perdida, um emprego perdido, uma lembrança de humilhação ou a sensação de que seu país vai de mal a pior. Quanto mais dolorosa for a origem da mágoa, mais fácil é para um líder fascista ganhar seguidores ao oferecer a expectativa de renovação ou prometer restituir-lhes o que perderam.

Assim como fazem os mobilizadores de movimentos mais benignos, esses evangelistas seculares exploram o desejo humano quase universal de fazer parte de uma busca significativa. Os mais talentosos têm aptidão para o espetáculo – orquestram encontros de massa com música solene, retórica incendiária, aplausos ruidosos e saudações com braços levantados. A quem lhes é leal, oferecem como prêmio a condição de membros de um clube do qual os outros,

frequentemente ridicularizados, são deixados de fora. Para alimentar o fervor, fascistas tendem a ser agressivos, militaristas e, quando as circunstâncias permitem, expansionistas. Para assegurar o futuro, transformam escolas em seminários para os verdadeiros fiéis, empenhando-se na produção de “novos homens” e “novas mulheres” que obedecerão sem questionar ou pestanejar. E, como observou um dos meus alunos, “um fascista cujo início de carreira se dá pelo voto direto poderá alegar uma legitimidade que a outros não será possível”.

Depois de ascender a um posto de poder, qual é o próximo passo? Como um fascista consolida sua autoridade? Neste ponto vários alunos se animaram a opinar. “Por meio do controle da informação.” Outro acrescentou: “Essa é uma das razões para termos tanto com que nos preocupar hoje”. A maioria de nós sempre encarou a revolução tecnológica primordialmente como uma forma de conectar pessoas de vidas muito distintas, fazê-las trocar ideias e entender de forma mais precisa como os homens e as mulheres agem – em outras palavras, aguçar nossa percepção da verdade. Ainda pensamos assim, mas hoje já não temos tanta certeza. Há um perturbador elemento de “Big Brother” em função da montanha de dados pessoais no ar nas redes sociais. Se um anunciante pode utilizar essas informações para se aproximar de um consumidor com base em seus interesses pessoais, o que impede um governo fascista de fazer o mesmo? “Digamos que eu vá a uma manifestação como a Marcha das Mulheres”, disse uma aluna, “e poste uma foto numa rede social. Meu nome passa a fazer parte de uma lista e sei lá onde essa lista irá parar. Como nos protegemos contra esse tipo de coisa?”.

Ainda mais perturbadora é a habilidade com que regimes inescrupulosos e seus agentes espalham mentiras por websites fajutos e pelo Facebook. Pior, a tecnologia possibilitou que organizações extremistas erguessem câmaras de eco em apoio a teorias de conspiração, falsas narrativas e visões ignorantes sobre religião e raça. Eis a regra número um da fraude: praticamente qualquer história, afirmação ou calúnia começa a soar plausível quando repetida frequentemente. A internet deveria ser uma aliada da liberdade e uma porta de entrada para o conhecimento; há momentos em que não é nenhuma das duas.

O historiador Robert Paxton começa um de seus livros com a afirmação: “O fascismo foi a principal inovação política do século XX, e a fonte de grande parte de suas dores”. Ao longo dos anos, ele e outros historiadores elaboraram listas das muitas peças que constituem a estrutura do fascismo. Ao final de nossa discussão, minha turma se propôs a organizar uma lista semelhante.

O fascismo, concordou a maioria dos alunos, é uma forma extrema de regime autoritário. Exige-se dos cidadãos que façam exatamente o que dizem seus líderes, nada mais, nada menos. A doutrina é vinculada a um nacionalismo fanático. Uma outra característica é a reversão do contrato social. Em vez de cidadãos darem poder ao Estado em troca da proteção de seus direitos, o poder emana do líder e as pessoas não têm direitos. Sob o fascismo, a missão dos cidadãos é servir; o trabalho dos governantes, ditar as regras.

Quando se discute esse assunto, é frequente haver confusão quanto à diferença entre fascismo e conceitos semelhantes, como totalitarismo, ditadura, despotismo, tirania, autocracia. Na condição de acadêmica, poderia me sentir tentada a me embrenhar por esse espinheiro, mas como ex-diplomata, minha preocupação maior é com ações e não rótulos. A meu ver, um fascista é alguém com profunda identificação com um determinado grupo ou nação em cujo nome se predispõe a falar, que não dá a mínima para os direitos de outros e está disposto a usar os meios que forem necessários – inclusive a violência – para atingir suas metas. A se julgar por esse prisma, um fascista provavelmente será um tirano, mas um tirano não necessariamente será um fascista.

É comum que a diferença seja observada a quem se confia as armas. Na Europa do século XVII, quando houve confrontos entre aristocratas católicos e protestantes quanto às Escrituras, os dois lados concordaram em não distribuir armas a seus camponeses, considerando mais seguro conduzir a guerra por meio de exércitos mercenários. Ditadores modernos também tendem à cautela com seus cidadãos; por isso criam guardas reais e outras unidades de elite para garantir sua segurança pessoal. Um fascista, contudo, espera o apoio do povo. Enquanto reis tentam acalmar seu povo, fascistas

o instigam a ter suas tropas de infantaria dispostas a atacar primeiro e com poder de fogo assim que a luta começa.

O fascismo ganhou vida no início do século XX, um tempo de vivacidade intelectual e nacionalismo ressurgente aos quais se somava a ampla decepção com o fracasso da democracia representativa em manter-se no compasso de uma Revolução Industrial impulsionada pela tecnologia. Acadêmicos como Thomas Malthus, Herbert Spencer, Charles Darwin e seu primo Francis Galton haviam propagado nas décadas anteriores a ideia de que a vida era uma luta constante por adaptação, com pouco espaço para emoções e garantia alguma de progresso. De Nietzsche a Freud, pensadores influentes ponderaram sobre as implicações de um mundo que aparentemente se libertara de suas amarras tradicionais. As sufragistas apresentaram a noção revolucionária de as mulheres também terem direitos. Na política e nas artes, formadores de opiniões falavam abertamente sobre a possibilidade de se aperfeiçoar a espécie humana por meio de reprodução selecionada.

Enquanto isso, invenções espantosas como a eletricidade, o telefone, o automóvel e o navio a vapor aproximavam o mundo, mas essas inovações deixavam milhões de fazendeiros e trabalhadores manuais sem emprego. Por toda parte, pessoas estavam em movimento. Famílias de trabalhadores rurais se amontoavam nas cidades e milhões de europeus levantavam acampamento e cruzavam o oceano.

Para muitos dos que ficavam, as promessas inerentes ao iluminismo e às Revoluções Francesa e Americana haviam se esvaziado. Quantidades enormes de pessoas não conseguiam achar trabalho; quem conseguia era explorado ou mais tarde sacrificado no sangrento jogo de xadrez disputado nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial. Sobre aquela tragédia, escreveu Winston Churchill: “Fissuras foram abertas na estrutura da sociedade que um século não será capaz de apagar”. Mas com a aristocracia desacreditada, a religião sob escrutínio e velhas estruturas políticas como os Impérios Otomano e Austro-Húngaro se partindo, a busca por respostas não poderia esperar.

O idealismo democrático fomentado pelo presidente Woodrow Wilson foi o primeiro a capturar a imaginação do público. Antes mesmo de os EUA entrarem na guerra, ele proclamou o princípio de que “todos têm o direito de escolher sob qual soberania querem viver”. Essa doutrina de autodeterminação ajudou a assegurar no pós-guerra a independência de um punhado de países europeus, geralmente pequenos, e seu plano de uma organização mundial deu frutos na forma da Liga das Nações. Mas Wilson era politicamente ingênuo e fisicamente frágil; a visão global dos Estados Unidos não sobreviveria à sua presidência. O país rejeitou a Liga e, sob o comando dos sucessores de Wilson, lavou as mãos quanto a assuntos europeus numa época em que o processo de recuperação do conflito no continente não corria bem.

Muitos governos que começaram liberais após a guerra se viram às voltas com explosivas tensões sociais que pareciam exigir políticas mais repressoras. Da Polônia à Áustria, da Romênia à Grécia, democracias incipientes alçaram voo e então voltaram a estagnar. No Leste, ferozes ideólogos soviéticos se arvoravam a falar pelos trabalhadores de todo o mundo, tirando o sono de banqueiros britânicos, ministros franceses e padres espanhóis. No centro da Europa, uma amargurada Alemanha tinha dificuldades de se recolocar em pé. E na Itália uma fera indomada, cujo momento finalmente chegava, punha-se em marcha pela primeira vez.